

Desajustados 6  
Coleção de Textos Falados

Textos Falados

# Travessias: a circulação de imaginários sobre o racial na história pública e escolar

6

6

Marta Araújo

Travessias

i2ADS edições



Poderia dizer que o texto que se segue de Marta Araújo resulta da sua participação no seminário final do projeto *[in]visible'*, intitulado “bruaá do [in]visível: discursos das imagens nos manuais escolares”, e, com precisão, da sua comunicação proferida no dia 18 de julho de 2024, na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (Portugal)... poderia dizer que a reflexão que partilha aqui connosco foi transcrita somente para este momento de leitura... Contudo, o percurso de investigação que tem trilhado ao longo dos anos, confirmam, no meu entender, uma solidez na vontade de tornar visível e questionável o eurocentrismo e racismo que tem vindo a analisar nos manuais escolares relacionados com a disciplina de História no terceiro ciclo do ensino básico português. Noções como a *indecidibilidade*, o pós-modernismo de resistência, os estudos pós-coloniais e “historicização” das relações de poder, e a amplitude das narrativas sobre nação, raça e cidadania, são o ponto de partida nestas *travessias* falando-nos sobre a construção do conhecimento e imaginário eurocêntrico, sobre o *que*, *quem* e *como* merece ou não ser lembrado e memorializado, ou seja (in)visibilizado.

A partir da pintura Seiscentista “Chafariz d’El-Rei”, utilizada nacionalmente e internacionalmente no ensino da história (manuais escolares), em contextos culturais (exposições) e nos media (documentário), as *travessias* do texto demonstram como estas leituras redutoras continuaram a apostar numa “abordagem despolitizadora da história colonial que reifica o excecionalismo nacional” (p. 10), continuando a hegemonia das visões e narrativas lusotropicalistas. Narrativas que invisibilizam as desigualdades raciais, que evadem o racismo institucional, estrutural e do quotidiano, e que contribuem para a legitimação da ideia de que a “sociedade portuguesa *não é, na sua generalidade, racista*”<sup>2</sup>. Raros são os momentos de resistências e de contrastes a estas narrativas, mas existem.

1 “[in]visibilidade das identidades nos manuais escolares portugueses do 1o. ano do ensino básico de Estudo do Meio a partir de 1974” – projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia [DOI: <http://doi.org/10.54499/2022.05056.PTDC>]. Mais informação em <https://invisible.i2ads.up.pt/>

2 Palavras do primeiro-ministro António Costa em entrevista publicada no jornal Público (março de 2021). MAESO, Silvia Rodríguez. (2021). Introdução «Uma sociedade é racista ou não é»: ferramentas para uma análise da administração da ordem racial. Em Silvia R. Maeso (Org.), “O estado do racismo em Portugal. Racismo antinegro e anticolonialismo no direito e nas políticas públicas” (pp. 23-29). Tinta-da-china.

As *travessias* que Marta Araújo nos propõe contribuem para uma descolonização do conhecimento, para um despertar e visibilizar de questionamentos e resistências, e para um reconhecimento de que as escolhas (de imagens e de discursos) que fazemos podem configurar a complexidade de um outro tempo. A publicação deste texto, inserido na “Desajustados – Coleção de textos falados #6”, editada pelo ID\_CAI – Identidades\_Colectivo de Acção/ Investigação<sup>3</sup> pretende estimular uma maior atenção e reflexão sobre a complexidade destes tempos e o estudo sobre as invisibilidades ocultas.

margarida dourado dias

---

3 Grupo de Interesse do i2ADS – Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade (<https://i2ads.up.pt/grupos/id-cai/>)

# Travessias: a circulação de imaginários sobre o racial na história pública e escolar

Marta Araújo

## BIOGRAFIA

Marta Araújo (PhD, University of London, 2003) é Investigadora Principal do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) e docente a nível doutoral. O seu trabalho de investigação tem abordado duas linhas complementares: i) história pública e escolar, focando nas narrativas sobre o (anti-)colonialismo e a escravização; ii) políticas públicas, discurso político e igualdade étnico-racial. Foi Investigadora Visitante do Centre for Research on Ethnic Relations and Nationalism (CEREN) da Universidade de Helsínquia. Integra o Observatório das Políticas de Educação e Formação (CeED/CES). É membro do Conselho Editorial de publicações sobre sociologia, 'raça' e educação no Brasil, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Portugal e tem publicado internacionalmente em revistas de elevada reputação (ex. *British Journal of Sociology of Education*, *Ethnic and Racial Studies*, *Patterns of Prejudice* e *'Race', Ethnicity and Education*). Marta Araújo tem actuado como consultora académica sobre discriminação e igualdade étnico-racial e participado em reuniões de especialistas a nível nacional e internacional. Tem ainda estado activamente envolvida em actividades de extensão.

Os manuais escolares têm sido estudados em múltiplas disciplinas e áreas de interesse académico, sendo significativo que, sobretudo na última década em Portugal, se tenham constituído como um objeto de análise particularmente procurado em investigação cada vez mais transdisciplinar. No contexto europeu de crescente diversidade – e preocupação política com a produção histórica da diferença –, os manuais começaram a ocupar um lugar de maior destaque na análise da construção de imaginários da Europa, de nação, de cidadania e de raça – tendo este estudo sido constituído também como interdisciplinar, congregador de diferentes áreas do conhecimento. O meu próprio trabalho de investigação sobre manuais escolares, sobretudo a partir da abordagem da sociologia da educação e do racismo, tem incidido em torno das narrativas sobre a história colonial, anticolonial e pós-colonial de Portugal, considerando em conjunto os enquadramentos textuais e visuais. Não sendo a minha especialidade a cultura visual ou a análise dos aspetos visuais, não quis deixar de criar algumas pontes para o diálogo e trazer a este encontro um debate que me parece importante, designadamente: que elaborações discursivas sobre o racial estão as imagens dos manuais a cumprir? Na senda de autores como David Goldberg, Alana Lentini, Stuart Hall, entre outros, entendo

“raça” como uma categoria sociopolítica altamente instável, que se baseia em marcadores específicos da diversidade – como o fenótipo, a cultura, a religião, a língua, os costumes, o vestuário – para produzir e constantemente demarcar a diferença.

Nesta comunicação, procuro mostrar como a interpretação de imagens, que são também usadas nos manuais, está sempre dependente do seu enquadramento no texto, do contexto sociopolítico de debates mais amplos, da organização do conhecimento e da mediação científico-pedagógica dos professores – como proposto por Michael Apple, por Mario Carretero, entre outros. O meu trabalho mais recente procura interrogar as narrativas veiculadas por manuais escolares a partir de um diálogo interdisciplinar entre a história escolar e pública. Nas últimas décadas, podemos discernir neste campo três conjuntos de preocupações que permanecem relevantes: em primeiro lugar, a análise das representações veiculadas pelos manuais. As imagens e os textos veiculados estão sempre abertos a diferentes leituras e interpretações, sendo isso talvez mais óbvio em relação às fontes primárias apresentadas – sejam elas imagens ou registos escritos – do que aos textos autorais que as acompanham, e que, de certa forma, enquadram e fixam os seus limites e alcance. As correntes do pós-estruturalismo e

pós-modernismo que advogavam o desconstrucionismo, sobretudo a partir da década de sessenta, alertavam para a tensão intrínseca na linguagem entre estrutura e intenção, de tal forma que a linguagem era percebida como integrando sempre um conjunto de palavras que não têm significado independentemente de outras palavras. Tal teria também implicações para o campo das imagens. Relativamente a este aspeto, o contributo de Jacques Derrida é particularmente relevante. Derrida conceptualizou o trabalho de desconstrução em torno do conceito de *indecidibilidade*, uma noção que procura enfatizar que o texto está sempre aberto a diversas interpretações e que se revela impossível determinar a priori o sentido da sua leitura. Para Derrida, não há linguagens puras, dado que a linguagem tem sempre uma pluralidade de sentidos e significados, e nada no texto nos indica de forma decisiva qual é o seu significado *correto*. Derrida aponta assim para a importância do contingente: a condição de indecidibilidade é o que produz a possibilidade de decisão e leitura humana, e cito David Bates na sua análise das origens do termo: “sem a condição de indecidibilidade, as decisões humanas não seriam nada mais do que ‘programadas’, já pré-determinadas por alguma regra ou princípio; não seriam de todo decisões” (2005, p. 6).

Portanto, esta noção continua a ser indispensável para compreender a condição *a priori* de indefinição do texto escrito ou visual, sempre aberto a múltiplas leituras. Não obstante, devido a um certo deslumbre com o desconstrucionismo, começou a emergir aquilo que alguns autores viram como um desconstrucionismo *sem limites*; este labor, enquanto exercício espúrio e auto-legitimador, pode ser entendido como proposto por Peter McLaren, e seguindo o trabalho de Teresa L. Ebert, como um “pós-modernismo lúdico”, e cito: “uma abordagem à teoria social que é decididamente limitada na sua capacidade de transformar regimes sociais e políticos opressivos de poder. O pós-modernismo lúdico geralmente foca no fabuloso potencial combinatório de signos na produção de significado e ocupa-se com uma realidade que é constituída pela ludicidade contínua do significante e pela heterogeneidade das diferenças.” (1994, p. 198). Portanto, quando na nossa análise das representações procuramos evidenciar nuance e complexidade na leitura do significado das imagens, este jogo de procurar relevar novas leituras pode tornar-se infinito e, portanto, pouco útil para compreender padrões e regimes representativos.

Em segundo lugar, gostaria de referir que a preocupação com o contexto sociopolítico das representações se

dá num ambiente de grandes disputas nas ciências sociais. O pós-modernismo e a crítica intelectual das grandes narrativas que lhe estava associado veio a esmorecer face à emergência das grandes contra-narrativas, como advogou Kobena Mercer no contexto britânico, num momento em que adquiriram maior expressividade os estudos culturais críticos sobre raça. É neste contexto que surgem propostas para um pós-modernismo de resistência, por exemplo. Peter McLaren propõe que: “O pós-modernismo de resistência traz à crítica lúdica uma forma de intervenção materialista, uma vez que não se baseia unicamente numa teoria textual da diferença, mas sim numa que é social e histórica. [...] O pós-modernismo de resistência não abandona, por completo, a indecidibilidade ou contingência do social; em vez disso, a indecidibilidade da história é entendida como relacionada com a luta de classes, a institucionalização de relações assimétricas de poder e privilégio, e a forma como os relatos históricos são contestados por diferentes grupos [...]” (1994, p. 199).

A partir da contestação de versões particularmente despolitizadoras, descontextualizadoras e também deshistoricizadas do desconstrucionismo, começou a desenhar-se uma crítica ainda não totalmente sistematizada à hegemonia do pensamento ocidental eurocêntrico, protagoni-

zada pelos estudos pós-coloniais e a sua insistência na “historicização” das relações de poder que atravessam as sociedades ocidentais com um passado colonial. O contexto sociopolítico e histórico que informa as ideologias ou as estruturas discursivas das imagens adquiriu assim grande destaque. Como nos lembram Ella Shohat e Robert Stam, o uso das imagens nunca deve ser trivializado: as imagens são invocadas para matar, dando o exemplo do filme “The Birth of a Nation” que revitalizou o segundo movimento “Ku Klux Klan” nos Estados Unidos.

Por último, saliento aqui os debates que procuram situar o estudo das representações no âmbito de discussões mais amplas sobre a construção do conhecimento eurocêntrico. Quando consideramos concretamente os debates no âmbito da educação histórica das últimas décadas, é discernível uma forte preocupação com as questões do poder que moldam aquilo que é lembrado e memorializado, e aquilo que é esquecido e invisibilizado, sinalizando assim uma mudança no foco da pesquisa sobre as representações culturais e sociais para as questões políticas e epistemológicas mais amplas nos quais se enquadram narrativamente tais “silêncios” e “invisibilidades”.

Os trabalhos neste âmbito procuram entender tais esquecimentos não como contingentes, apesar do esquecimento ser intrínseco aos processos de memorialização dado os enormes legados da História, como nos lembra Paul Ricoeur, mas como refletindo antes a produção de padrões de invisibilidade. A invisibilização, por exemplo, da escravização na historiografia europeia, como analisado por Françoise Vergès, ou de processos de resistência cruciais liderados por descendentes de pessoas escravizadas como a Revolução do Haiti, analisada por Michel-Rolph Trouillot, ou da centralidade de raça e racismo nestes processos históricos. Defendo assim que as representações devem ser analisadas no âmbito das relações sociais e políticas mais amplas que as medeiam e que informam os processos de exclusão e inclusão subjacentes, sendo constantemente negociadas e contestadas. Mais, devem ser entendidas como integrando narrativas mais amplas sobre nação, raça e cidadania que são sustentadas pelo conhecimento moderno e as suas declarações prescritivas, como propôs Silvia Wynter.

Procuo agora explorar como alguns círculos progressistas reproduzem certos imaginários sobre o racial no

contexto português, especificamente promovendo uma abordagem despoliticizadora da história colonial que reifica o excecionalismo nacional através da construção do colonialismo português como benevolente – na semântica dos “encontros e contactos interculturais” –, do apagamento das desigualdades raciais inscrita nessa história, e na legitimação de uma narrativa contemporânea que procura conter o debate público sobre a persistência de formas sistémicas e institucionalizadas do racismo. Ilustro o meu argumento examinando os usos de uma pintura intitulada “Chafariz d’El-Rei”, retratando a vida quotidiana de Lisboa e enfatizando a elevada proporção de pessoas negras no século XVI. A pintura, que se estima ter sido produzida entre 1570 e 1580 por autor anónimo, possivelmente flamengo, é vista como exemplificativa da globalização renascentista. Circulou, em tempos recentes, de forma muito ampla em diversos contextos da história pública e escolar que analisarei a seguir. A pintura foi particularmente disseminada em iniciativas e espaços públicos relacionados com a memorialização da história colonial portuguesa para atestar algo que não era até recentemente conhecimento comum: a população de Lisboa tinha cerca de dez por cento de pessoas negras, na maioria escravizadas, em meados do século XVI.



“Chafariz d’El Rei” 1570-80, Coleção Berardo, Lisboa

Vejam os então um manual publicado em 2003, e republicado subsequentemente. A pintura começou a figurar no manual escolar de História do 8º ano para atestar esta coexistência multicultural precoce durante a chamada “Expansão Portuguesa”; no livro da Lisboa Editora 2003, reproduzido de forma bastante semelhante em 2008, aparece com a legenda “Cena Lisboa do século XVI”. Esta imagem insere-se numa narrativa mais ampla que despolitiza o colonialismo e a escravização racial, apagando a violência para destacar os encontros culturais e a benevolência colonial portuguesa, como se verifica pela imagem que aparece, no manual de 2008, na página ao lado. Esta ima-

gem tem como título: “Escravos Negros Dançando, num Dia de Festa”. E pergunta-se: “Como se distraíam os escravos da dureza do cativo? Relaciona esta imagem com a cultura popular brasileira”. Significativamente, a imagem no manual não é relacionada diretamente com a composição da sociedade portuguesa, atualmente ou no passado, apenas uma *presença* passageira e de certa forma descontextualizada. Raça é invocada como fenótipo e não como relação de poder.

Vamos para 2017: o segundo exemplo está relacionado com a sua inclusão na exposição Lisboa – Cidade Global do Renascimento, no Museu Nacional de Arte Antiga. A exposição, que

aconteceu no início de 2017, contava a história de Lisboa como a cidade global por vocação, uma narrativa que foi ampliada nos últimos anos, inclusivamente no discurso académico e político. Significativamente, esta narrativa foi internacionalizada, como veremos já de seguida. Uma análise da imagem foi apresentada no programa “Civilisations” da BBC2, apresentada pelo popular historiador e jornalista britânico – David Olusoga, considerado um historiador crítico neste âmbito. Na sua narrativa, Lisboa era a cidade global renascentista por excelência, pioneira do multiculturalismo.

[Pausa para visualização do excerto de “Civilisations: First Contact”, episódio 6 (13:10-15:23), 2018, disponível em: <https://www.bbc.co.uk/iplayer/episode/p05xyfg6/civilisations-series-1-6-first-contact> e <https://www.dailymotion.com/video/x6h6mer>]

Gostaria de notar que este vídeo foi bastante partilhado em Portugal, tendo tido conhecimento dele precisamente em encontros com professores que interpretavam o vídeo como uma demonstração de que por aqui não haveria racismo.

Uma outra instância na qual apareceu a imagem reporta-se também a 2017, e esteve relacionada com uma controvérsia que foi protagonizada principalmente por dois historiadores: João

Alves Dias e Diogo Ramada Curto, que contestaram a data original da pintura. Já nos anos noventa tinha havido uma controvérsia em torno da data original da pintura, relatada pelo Expresso, também protagonizada por historiadores. Nas vésperas da exposição de Lisboa - Cidade Global ser inaugurada – uma inauguração que tinha sido já adiada por duas vezes, sendo que a exposição prevista para quatro meses esteve aberta só um mês e meio – a cobertura da imprensa em torno da autenticidade da pintura elencava algumas das críticas. A comissão da exposição, Anemarie Jordan Gschwend, admitia, e cito: “Chafariz d’El Rei é atribuído a um pintor holandês desconhecido e terá sido composta entre 1570 e 80, pertencendo hoje à condição de empresário português Joe Berardo...”. Sobre a autenticidade desta, Anemarie Jordan Gschwend assumiu que “há dúvidas”. Portanto, na altura a autenticidade da imagem foi muito disputada, sendo que, mais tarde, os resultados da pesquisa de laboratório publicados em abril de 2017, parecem indicar que o “Chafariz d’El Rei” seria da data apresentada. Entretanto, devemos notar que em vez de auxiliar uma leitura crítica dos usos políticos e ideológicos da pintura – i.e. um *tropos* narrativo para preservar o *status quo* –, a controvérsia gerada a partir do seu uso na exposição de Lisboa caiu na armadilha positivista, isto é,

tentar provar se a imagem era verdadeira ou falsa, fortalecendo uma leitura despolitizadora de Lisboa enquanto Cidade Global, em vez de a entender no seu contexto histórico e político, apesar dos próprios historiadores denunciarem o uso ideológico que estava a ser feito desta representação.

Um quarto caso tem a ver com uma exposição, também em 2017, “Racismo e Cidadania”, que teve lugar no Padrão dos Descobrimentos nesse ano. Esta foi a primeira grande exposição pública sobre o racismo no Portugal democrático, com parcerias a nível local, nacional e internacional. Na exposição, o que realmente foi enfatizado foi uma versão editada da pintura com uma particularidade: toda a imagem está sob um filtro cinza-claro, à exceção de um cavaleiro negro a cavalo. Francisco Bethencourt, historiador do *King’s College London* e curador da exposição, teria como agenda evidenciar a nuance e complexidade da história colonial, destacando assim que *alguns* negros ascenderiam socialmente, apagando voluntária ou involuntariamente o que era a norma na vida da maioria das pessoas negras – como se a exceção refutasse a regra da gestão racial da população. Dados os números apresentados por historiadores, a curiosidade que se pretendia despertar no imaginário comum por estes dois por cento de homens negros libertos em detrimento da maioria dos

dez por cento da população negra escravizada é evidente. Com esta observação, não procuro consignar a história das pessoas escravizadas ao estatuto de eternas vítimas. Pelo contrário, é necessário visibilizar a história da resistência organizada e de solidariedade entre negros escravizados, como decorre dos trabalhos, por exemplo, de Jorge Fonseca, no seu livro “Religião e Liberdade: Os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (século XV ao século XIX)”. Portanto, estes elementos permitem avaliar a forma como os argumentos refletem sempre interesses específicos daqueles que empregam tais narrativas, o que me leva ao último caso.

O último exemplo é o caso mais antigo desta imagem que aqui trago, do livro publicado em 1999: “Os Negros em Portugal – Séc. XV a XIX”, o livro que foi produzido pela Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, que vigorou entre 1986 e 2002, e que visava produzir múltiplas fontes para serem usadas na disseminação do conhecimento histórico, principalmente adicionando outras perspectivas à história da chamada “Expansão portuguesa”. Na publicação, a imagem é reproduzida duas vezes: a pintura ocupa uma posição central impressa em página dupla, sustentando a presença multiseccular das

**populações Negras em Portugal como resultado da escravização; de seguida, é reproduzida ao lado do regulamento da cidade, de 1551, que detalha distinções raciais no acesso à água:**

Constando ao Senado que há homens brancos, negros que vão às bicas do chafariz de El-rei a vender água a quem vai buscar, de que se seguem brigas, ferimentos, e mortos faz a sua postura para a repartição das ditas bicas de maneira seguinte: na primeira bica indo da Ribeira para elas, encherão os pretos-forros e cativos, e assim mulatos e índios e todos os mais cativos, que forem homens. Logo na segunda seguinte poderão encher os mouros das galés somente a água que for necessária para as suas aguadas, e tendo os seu barris, ficará a dita bica para os negros e mulatos conforme a declaração atrás. Na terceira e quarta, que são as duas do meio, encherão as mulheres pretas, mulatas, índias forras e captivas - e na derradeira bica da banda de alfama encherão as mulheres e moças brancas [...] (Postura Municipal de 1551, in Lisboa, Revista Municipal, no. 17, 1985, p. 19, apud CNCDP, 1999, pp. 104-105).

**Esta ideia de uma hierarquia racial no acesso à água contrasta acen-tuadamente com a narrativa que nos foi dada no vídeo de David Olusoga.**

**Gostaria de concluir elencando algu-mas questões que me parecem fun-damentais. Em primeiro lugar, como**

procurei transmitir, as imagens têm uma condição de indecidibilidade à partida, que as coloca desde logo numa condição de indefinição. Nenhum sentido ou significado está pre-determinado, e a sua leitura e inter-pretação é contingente. A pintura “O Chafariz d’El Rei” poderia ser usada para demonstrar o domínio colonial português, o protagonismo nacional na comercialização de pessoas es-cravizadas, a diversidade demográ-fica da cidade de Lisboa, a pertença secular à nação de pessoas negras, africanas – a maior parte, escraviza-das –, a antiguidade dos processos de discriminação racial no território, a diversidade de ofícios característicos daquela altura, a distribuição racial e sexual do trabalho, e aí por diante. Mas, apesar de contingentes, as leitu-ras que são promovidas das imagens não são absolutamente fortuitas ou casuais. Como procurei demonstrar, tais imaginários ocorrem em contex-tos específicos, mobilizando cons-truções discursivas que perpetuam noções consagradas sobre o racial, mas também as podem questionar ou interromper. Por exemplo, no caso da publicação “Os Negros em Portugal – Séc. XV a XIX”, uma exceção entre os casos que encontrei, há uma referên-cia às distinções e hierarquias raciais. Não obstante, essa referência é apre-sentada num contexto em que “raça” e discriminação racial eram concebidas como o *passado* das nações europeias.

Tal abordagem acentuou-se no contexto português, nas décadas de setenta e oitenta, com a promessa e preparação de Portugal integrar a Comunidade Económica Europeia. Portanto, se a certa altura tinha aparecido, com a reforma de Vitorino Magalhães Godinho, um módulo opcional que proporcionava o ensino da história de África, com a promessa de entrada na Comunidade Europeia o ensino da história centra-se na Europa, redefinindo-se o espaço geopolítico português e deixando para trás a preocupação com o racial e o colonial. Tal como descrito por Françoise Vergès para o contexto francês, “... assim que o império colonial terminou com a independência da Argélia em 1962, o racismo colonial pertencia ao passado. Nas décadas de 1960 e 1970, a sociedade francesa estava envolvida num programa de modernização. A colónia, como local de excepção e de política pré-moderna como era então vista, pertencia a um passado que não tinha lugar numa modernização que necessitava [...] do esquecimento e da negação desse mesmo passado. A raça, porém, nunca desapareceu, esteve sempre abaixo da superfície...” (Vergès, 2010, p. 95). Como argumentado neste trabalho, também em Portugal se passou por este processo de desligamento e esquecimento do passado relativamente ao espaço das antigas colónias, sobretudo em relação ao contexto africano.

É, portanto, crucial considerar tanto a possibilidade de as leituras serem permeadas pelo contingente, como a necessidade de situá-las nos contextos concretos em que são mobilizadas, usadas, e interpretadas para compreender o papel que desempenham na produção de certas narrativas. Em Portugal, com a institucionalização da interculturalidade como política doméstica, e como analisei noutros trabalhos, a pintura que aqui trouxe foi sendo evocada para mobilizar a História e construir aquilo que se pode chamar de nacionalismo multicultural, como propôs a Anne-Marie Fortier no seu livro “Multicultural Horizons”. O “multiculturalismo nacional” teria emergido na Grã-Bretanha sobretudo com o novo governo do Partido Trabalhista liderado por Gordon Brown, entre 2007 e 2010, e que teria levado a uma reformulação da nação como inerentemente multicultural. Fortier observa que houve naquela altura “uma mudança das narrativas lineares de nações que se deslocam da monocultura e exclusividade para a multicultura e inclusão, em favor de uma narrativa que coloca a multicultura e a diversidade no centro do projeto nacionalista.” (p.22). Este conceito veio romper com abordagens positivistas que permeavam o debate académico sobre diversidade cultural e imigração na Europa, e que viam

o contexto europeu como um espaço de homogeneidade étnico-racial, repentinamente transformado, devido à globalização, em espaços de heterogeneidade. Como Fortier sugere, a reformulação das narrativas nacionais como multiculturais no presente e no passado, não apenas deposita a diversidade no cerne do projeto-nação como também a utiliza como um álibi contra quaisquer acusações de racismo... “não podemos ser racistas, porque nunca fomos”. No contexto português, esta não é uma tendência recente ou passageira no discurso oficial. Particularmente a partir dos anos cinquenta, num contexto de forte pressão internacional para a descolonização e a apropriação ainda que parcial das teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre, como analisado por Cláudia Castelo, as narrativas oficiais mobilizaram a História para construir uma articulação específica entre raça e nação: o “outro” pode ser incluído, mas não como um sujeito político legítimo, com demandas legítimas pela igualdade.

Termino a minha intervenção a enfatizar um outro aspeto final, que diz respeito à necessidade de considerar como as imagens ofuscam, invisibilizam e naturalizam silêncios epistemológicos enraizados. A escolha desta imagem, como ilustrativa da realidade do século XVI, elimina uma série de outras imagens que também circulam, mas não são en-

fatizadas neste tipo de exposições oficiais ou até nos manuais. Para além da óbvia brutalidade na captura e transporte de pessoas escravizadas, destaco o papel das pessoas escravizadas na vida doméstica em Portugal; a sua organização cultural e religiosa ou até política; as múltiplas formas de resistência individual e coletiva; a persistência da escravização institucionalizada até ao século XIX; a perpetuação de formas de exploração do trabalho em condições análogas através do trabalho contratado ou trabalho forçado até 1961. Mais, a escolha desta imagem aconteceu, precisamente, num contexto em que Portugal despertava para o debate em torno do racismo, na sequência de uma situação de violência policial racista na esquadra de Alfragide ocorrida em 2015, das denúncias do racismo e da mobilização social que se seguiu no ano de 2016, com particular destaque para dezembro desse ano, quando vinte e dois coletivos de pessoas afrodescendentes lançaram uma carta aberta à Comissão para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas, denunciando tanto o racismo institucionalizado como o encobrimento do Estado português de tal discriminação. Foi nos meses seguintes que esta imagem mais circulou

nas iniciativas públicas elencadas. Quando imagens como esta são reproduzidas pelos manuais escolares, que, ao serem sancionadas pelo Estado, através de processos de validação e de certificação, veiculam o conhecimento tido como oficial - entram em circulação muitos milhares de cópias conferidas de autoridade. Veiculando certos imaginários sobre nação e o racial, os sistemas de representação nos quais se inscrevem ajudam a fixar os seus sentidos - ainda que sempre passíveis de contestação e re-imaginação.

## Referências

- APPLE, Michael. (1992). The Text and Cultural Politics. *Educational Researcher*, 21(7), 4-19.
- BATES, David. (2005). Crisis between the wars: Derrida and the origins of undecidability. *Representations*, 90, 1-27.
- CARRETERO, Mario, BERGER, Stefan & GREVER, Maria. (2017). *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*. Palgrave Macmillan.
- CASTELO, Cláudia. (1998). *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Afrontamento.
- FONSECA, Jorge. (2016). *Religião e Liberdade: Os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (século XV ao século XIX)*. Húmus.
- FORTIER, Anne-Marie. (2008) *Multicultural Horizons: Diversity and the Limits of the Civil Nation*. Routledge.
- FREYRE, Gilberto. (2003[1933]). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Livros do Brasil.
- GOLDBERG, David T. (2002). *The Racial State*. Blackwell.
- HALL, Stuart. (1992). The West and the Rest: Discourse and Power. Em Bram Gieben e Stuart Hall (Orgs.), *Formations of Modernity* (pp. 275-331). Polity Press.
- LENTIN, Alana. (2004). *Racism and Anti-racism in Europe*. Pluto Press.
- MCLAREN, Peter. (1994). Multiculturalism and the Postmodern Critique: Toward a Pedagogy of Resistance and Transformation. Em Henry A. Giroux & Peter McLaren (Orgs.), *Between Borders: Pedagogy and the Politics of Cultural Studies* (pp. 192-222). Routledge.
- MERCER, Kobena. (1994). *Welcome To The Jungle. New Positions In Black Cultural Studies*. Routledge.
- STAM, Robert & SHOAT, Ellah. (1994). *Unthinking Eurocentrism: Multiculturalism and the Media*. Routledge.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. (1995). *Silencing the past. Power and the Production of History*. Beacon Press.
- VERGÈS, Françoise. (2010). 'There Are No Blacks in France': Fanonian Discourse, 'the Dark Night of Slavery' and the French Civilizing Mission Reconsidered. *Theory, Culture and Society*, 27(7-8), 91-111.
- WYNTER, Silvia. (1992). *Do not Call us Negros: How 'Multicultural' Textbooks Perpetuate Racism*. Aspire.

Textos Palados

6

6

Travesias

Travessias: a circulação de imaginários  
sobre o racial na história pública e escolar

de **Marta Araújo**

Editora

**Marina Gallo**  
(i2ADS/FBAUP)

Design original

**Joana Lourencinho Carneiro**

i2ADS edições

**i2ADS – Instituto de Investigação  
em Arte, Design e Sociedade**  
Faculdade de Belas Artes  
da Universidade do Porto  
i2ads.up.pt

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «2022.05056.PTDC».

Agosto, 2024

ISBN

**978-989-9049-80-2**



ID\_CAI  
Colectivo de Acção  
e Investigação



FACULDADE DE BELAS ARTES  
UNIVERSIDADE DO PORTO

